



A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO ELEMENTO NORTEADOR NA PRÁTICA DOCENTE DOS PROFESSORES/AS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTÂNCIA-SE: AVANÇOS, LIMITES E CONTRADIÇÕES.

Damião Oliveira Santos¹
Emanuella Wanús Barreto Siqueira²
Joza Wilhames dos Santos³
Anderson Luís dos Santos⁴

A Formação continuada dos professores deve ser entendida como um processo permanente de qualificação dos profissionais da educação em busca de uma formação omnilateral, na medida em que lhes permite estar continuamente atualizados sobre os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de uma prática pedagógica contra hegemônica e dialética (mais qualificada). Mais do que isso, ela deve permitir que o educador agregue saberes capazes de gerar mudanças significativas em suas práticas com intencionalidade clara e objetiva de sua atuação no chão da escola, na sala de aula. Seja sob a forma de pesquisas, estudos ou reflexões críticas que permitam compreender seu papel social e político. Assim, o referido trabalho, baseado no materialismo histórico-dialético, tem como objetivo da Secretaria Municipal de Educação de Estância (SEME) priorizar a formação na perspectiva da pedagogia histórico-crítica nos encontros pedagógicos, que acontecem quinzenalmente, na chamada Hora de Estudo, sob a orientação do Grupo de Trabalho e investindo em outros espaços formativos como palestras, oficinas e plantões pedagógicos em tempos e espaços diversificados. Nesta linha, o presente trabalho também tem como objetivo apontar a importância da formação continuada como elemento norteador no processo de qualificação docente, bem como compreender os limites e contradições na efetivação de uma prática pedagógica pautada na Pedagogia Histórico-Crítica, teoria que vem sendo implementada pela Rede Municipal de Ensino da Estância-SE.

Palavras-chave: formação continuada; hora de estudo; política pública; qualificação docente.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais no Brasil têm sido um tema bastante discutido visto que, sendo resultado de um processo de organização social, política e econômica, em um movimento de transição entre Estado-sociedade, sob à égide do capitalismo, apenas cria e legitima condições para implementação de um ciclo virtuoso que visa impedir político-socialmente todo e qualquer possibilidade de ameaça ao “bom” funcionamento do Sistema.

Ao ser pensada a partir das determinações estatais e aos cuidados do capital, essas políticas, apenas amenizam as desigualdades sociais, visando a diminuição das tensões entre os grupos e as classes .

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe UFS, doliver18@uol.com.br

² Especialista em Tecnologias Educacionais Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC/RJ; emanuellabarreto17@gmail.com

³ Professor de Matemática da Rede Municipal de Estância-SE; jorzajiraia@hotmail.com

⁴ Professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Estância; luissantos_edf@outlook.com



A política social atende às demandas proclamadas pela sociedade, porém, sob o controle do Estado. A questão do controle cria uma vertente que pode ser estabelecida na prática centralizadora ou na manifestação e controle democrático por parte da sociedade. Resulta sempre, portanto, da correlação de força entre Estado e sociedade civil [na] a política pública do poder estatal, articulada à ideia de firmar a “igualdade de oportunidades” para todos; porém, atualmente perde tal característica frente à redefinição do papel do Estado brasileiro [...] (LIMA, 2004, p. 24-25).

O discurso de articulação entre Estado e sociedade, torna-se necessário, entretanto, é sabido que as políticas são historicamente, implementadas em nosso país, a partir de programas emergenciais e reformistas que não visam universalizar o direito, mas apenas manter o controle direto por parte do Estado, numa correlação de forças que objetiva apenas minimizar os problemas sociais e reduzir significativamente os gastos para que não haja aumento no déficit fiscal e gere superávit primário.

Esta postura meramente econômica disfarçam o compromisso assumido com o aperfeiçoamento do Modo de Produção Capitalista, via reforma do Estado brasileiro, vez que não atacam os fundamentos ou a estrutura desumana e nefasta do capital, que vivendo em colapso, traz consigo os fatores determinantes para a elaboração das políticas públicas do país, em especial àquelas que integram o campo da educação e, visando desqualificar sua importância e função da escola e conseqüentemente disseminando maciçamente a ideia que a educação pública não tem a qualidade adequada e que os seus professores/as realizam um trabalho inadequado, enquanto que o ensino privado tem mais qualidade, naturalizando-se a desqualificação da educação pública e a supervalorização do ensino privado.

Maciçamente o neoliberalismo investe, com a colaboração das empresas de jornalismo (meios de comunicação de massa), na desinformação e na descaracterização das lutas e resistências dos trabalhadores, apresentando-os ora como “baderneiros”, ora como “preguiçosos”, ora como “marajás” ou “privilegiados”, tratando a luta trabalhista, que legitimamente se opõem de serviços e políticas públicas, como negativas para a população (ex.: greves dos transportistas, dos trabalhadores de saúde, da educação etc.). Nesse processo, inteiramente ideológico, o linguajar ocupa um espaço fundamental: ocupações de terra improdutivas são tratadas como “invasões”; manifestações populares são informadas de “baderna”, como “caos” nas vias públicas; greves nos serviços públicos como “falta de atendimento à população pobre”. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010, p. 196).

Neste contexto conflituoso professores e professoras mobilizam-se e desenvolvem seu trabalho, buscando dentre outros aspectos apontar caminhos e realizar de maneira mais qualificada possível a formação dos seus estudantes, ainda que as condições estruturais pouco contribuam para tal alcance.

É importante destacar que este trabalho é resultado de pesquisa qualitativa que está em andamento e vem sendo desenvolvida com os professores e professoras da Rede Municipal de Ensino de Estância, localizada no estado de Sergipe e que tem como objetivo apontar a

importância da formação continuada como elemento norteador no processo de qualificação docente, bem como compreender os limites e contradições na efetivação de uma prática pedagógica consciente da referida política educacional promovida pela Secretaria Municipal de Educação de Estância-SE.

Até o presente momento, para a produção dos dados estão sendo utilizados os documentos disponibilizados pela Secretaria de Educação via Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Pedagógica. Sendo que, posteriormente serão criados grupos focais com os professores partícipes do estudo para que, com esses resultados sejam realizadas investigações com enfoque na análise de conteúdo.

Quanto ao traçado dos caminhos para esta pesquisa, procuraremos entender os motivos reais que levaram os professores e professoras participarem da chamada Hora de Estudo⁵. Também investigaremos sobre as perspectivas docente os limites e contradições sobre exercício profissional e sua participação nas atividades promovidas pela Secretaria de Educação buscando-se entender as concepções político-pedagógicas acerca da docência antes e depois da implementação da Hora de Estudo e como esta tem contribuído na formação dos professores e consequentemente na sua ação docente em sala de aula. O reconhecimento da docência se torna um desafio, especialmente, quando fazemos uma reflexão sobre os problemas que há muito circundam o magistério brasileiro.

2. METODOLOGIA

Na tentativa de encontrar os nexos necessários para garantir o caráter científico deste estudo nos valeremos de pressupostos que mobilizam uma série de elementos que vão além das fontes mentais, técnicas de análise.

[...] a relação entre os pressupostos gnosiológicos, teorias educativas e métodos de investigação pretendem sugerir discussões e estudos mais completos sobre as teorias do conhecimento que fundamentam os diferentes enfoques da pesquisa educativa. Entendemos que em toda forma de investigar existe um enfoque epistemológico dando-lhe fundamento, e que todo paradigma epistemológico se embasa numa teoria do conhecimento. Deduzimos daí que a formação do pesquisador em educação deve ter uma base filosófica, uma preparação sólida em epistemologia e um domínio dos fundamentos da teoria do conhecimento. (GAMBOA, 2007, p. 140).

Este percurso de correlação teórico-metodológica não se constrói de maneira descompromissada; seja na definição do tema, dos procedimentos metodológicos, bem como

⁵ O Estatuto do Magistério prever semanalmente que professores e professoras participem da Hora de Estudo na qual os docentes participam por até 3 horas de encontros na Secretaria de Educação no qual estudam-se temáticas que podem contribuir em sua formação contínua..

do referencial teórico. Portanto, não se pode pesquisar sem que se tenha um ponto um posicionamento.

A partir dessas colocações podemos perceber que as discussões aqui apresentadas apontam uma determinada postura/base teórico-metodológica. Neste sentido, afirmamos que, a análise aqui apresentada será desenvolvida, sob à ótica da classe trabalhadora, priorizando uma postura crítica frente ao modo como os homens socialmente produzem suas vidas, devendo se atentar as múltiplas determinações presentes na relação entre os homens e a sociedade, pois entendemos que a formação humana é resultado das implicações que ocorrem nas relações de produção e nas relações sociais, ou seja, seguindo à lógica do materialismo histórico dialético, pois

[...] As pesquisas dialéticas se fundamentam na lógica interna do processo e nos métodos que explicitam a dinâmica e as contradições internas dos fenômenos e explicam as relações entre homem-natureza, entre reflexão-ação e entre teoria-prática (razão transformadora). [...] (GAMBOA, 2006, p. 98).

Percebe-se então, que no processo dialético o conhecimento da realidade se dá de forma crítica onde não vale a crítica pela crítica ou conhecimento pelo conhecimento, mas ambos (conhecimento e crítica) devem teleologicamente buscar uma prática transformadora da realidade, que tem como base metodológica o materialismo histórico-dialético a partir de inquietações que surgiram sobre o papel da formação continuidade dos/das professores/as da Rede [Municipal de Ensino de Estância -SE e como esta pode contribuir na qualidade da sua prática pedagógica. Para fundamentação teórica principal nos baseamos nas produções teóricas de Montañó, Duriguetto (2010), Saviani, 2000, Lima (2000) Gamboa(2006), Engels (2005) dentre outros.

Partindo-se da tese apresentada por Engels (2005) que diz que a produção, e com ela a troca dos produtos é a base de toda a ordem da sociedade; de que em todas as sociedades que transitam pela História, que a distribuição dos produtos, como também a divisão social dos homens em classes, é sempre determinada pelo que a sociedade produz e como produz, e pelo modo de trocar os seus produtos, a produção científica também deve articular o pensamento e deve ser compreendida como inseparável da própria história do homem; portanto, da sua produção material, que influenciada pelas condições históricas de sua produção, seus elementos são determinantes para a compreensão da sua lógica.

A dialética materialista reflete, deste modo, as leis do movimento dos objetos e processos do mundo objetivo, incluindo o homem e sua sociedade, que atuam como princípios e formas da atividade subjetiva dos homens, inclusive a atividade do



pensamento. E neste sentido a dialética marxista desempenha, em nova base filosófica, as funções quer de ontologia, quer de gnosiologia, lógica e antropologia filosófica, sem reduzir a qualquer uma delas separadamente ou a soma de todas. (KOPNIN, 1978, p. 65)

Essa tese nos faz lembrar que o materialismo dialético não pode ser compreendido afastado dos princípios históricos⁶, uma vez que no Marxismo o lógico é o reflexo histórico e nenhum problema pode ser compreendido sem levar em conta a sua concepção materialista da história e suas leis do desenvolvimento da sociedade⁷.

Para Gamboa (2002) as generalizações e os elementos comuns com relação à articulação lógica encontrados no confronto das diversas abordagens; e as informações sobre as condições históricas possibilitaram o aparecimento e desenrolar dessas abordagens. Assim, o ponto de partida deve ser a realidade contida, sintetizada que se manifesta nos textos científicos (teses, dissertações etc.), uma vez que

A produção científica é inseparável da própria história do homem e de sua produção material. A pesquisa científica está influenciada pelas condições históricas de sua produção (inter-relações materiais, culturais, sociais e políticas). [...]. Nesse sentido, o conhecimento das tendências da pesquisa educacional como um “concreto no pensamento” é resultado do processo que parte de um produto real (dissertações e teses), caminha pela análise dos elementos constitutivos (teórico abstratos) e volta ao concreto histórico. (GAMBOA, 2002, p. 73-74).

Desse modo, o movimento dinâmico da sociedade e suas contradições; a inovação e a mudança radical da situação vigente são aspectos necessários para se compreender a realidade.

Essa é uma questão que somente terá sentido se entendermos que a análise aqui apresentada parte do princípio de que a Educação não acontece de forma isolada, mas ocorre balizada nos elementos que a condicionam e ao mesmo tempo são sensíveis às transformações produzidas por ela. Assim, fica claro que o modo de produção de vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual, pois como disse Marx (2008) não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Nessa perspectiva, para se entender a educação, a escola e seus elementos constitutivos, torna-se essencial compreender a dinâmica e a lógica do capital, bem como o

⁶ Kopnin (1978) entende por histórico o processo de mudança do objeto, as etapas de seu surgimento e desenvolvimento. Para o referido autor, o histórico atua como objeto do pensamento onde o pensamento visa à reprodução do processo histórico real em toda a sua objetividade, complexidade e contrariedade e o lógico é o meio é o meio através do qual o pensamento realiza essa tarefa, entretanto, é o reflexo do histórico em forma teórica. Desta forma, o histórico surge primeiro em relação ao lógico e a lógica reflete os principais períodos da história.

⁷ Para Kopnin (1978) a compreensão das leis do desenvolvimento da sociedade é essencial para a fundamentação da tese sobre a consciência enquanto propriedade da matéria e produto do desenvolvimento social, sobre a prática como fundamento e critério da verdade. Desta maneira, torna-se impossível criar uma concepção dialética do desenvolvimento, sem que haja o conhecimento das leis que dirigem a sociedade.

modo como trabalho, protoforma⁸ da existência humana se insere nesse processo. Embora defendamos que a própria natureza do trabalho pedagógico pode impor limites às determinações do capital. Pois,

[...] existe também uma relação externa entre educação e política, ou seja, o desenvolvimento da prática especificamente política pode abrir novas perspectivas para o desenvolvimento da prática especificamente educativa e vice-versa. Configura-se, aí, uma dependência recíproca: a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso a informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos etc. (SAVIANI, 2009, p. 76).

Desse modo, é preciso considerar a existência de uma relação interna, isto é, toda prática educativa enquanto tal possui dimensão política, assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa e política que embora inseparáveis, não são idênticas. Trata-se, portanto, de práticas distintas, cada uma com especificidade própria.

Para tal, considerando-se a complexidade do nosso estudo, utilizaremos a *análise de conteúdo* como um dos métodos de análise dos dados, visto que

[...] a análise de conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais [...] que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação. (FRANCO, 2003, p. 14).

A análise de conteúdo é um recurso técnico para a análise de dados provenientes de material escrito ou transcrito, sem adotarmos um posicionamento inicial diante da técnica, mas tendo muito rigor de sua trajetória.

A análise dos conteúdos será dividida em três etapas:

- a) Pré-análise, onde buscaremos encontrar os indicadores iniciais, considerando-se o objeto e o objetivo de estudo;
- b) Exploração do material, fase onde buscaremos fazer os recortes e eleger as categorias que foram trabalhadas;
- c) Tratamento dos dados e interpretação que tem como finalidade estabelecer os resultados a partir das informações fornecidas pelas análises.

Seguimos para a análise dos textos utilizados na formação contínua, documentos oficiais produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Estância que tratam da formação dos

⁸ Apoiando no pensamento de Lukács, LESSA (2007) estabelece que protoforma diz respeito a forma original e primária do agir humano. Não significando categoria primeira, mas a categoria originária, mais simples, primária.

professores. Desse modo, acreditamos que ao assumir essa posição deixamos claro que toda ação educativa tem função político-pedagógica e, portanto, cercada de intencionalidades.

Posto essas questões, deve-se analisar e interpretar os conteúdos originários das categorias delimitadas.

Na tentativa de conhecer de maneira mais abrangente a realidade estudada, buscamos por meio da leitura dos dados disponibilizados, uma maior aproximação com o nosso campo empírico e já fizemos o levantamento de alguns dados estatísticos e segundo dados da Secretaria Municipal de Educação a Rede Municipal de Ensino no ano de 2022 é constituída por 42 unidades escolares, com aproximadamente 436 professores efetivos, 10 mil estudantes matriculados e distribuídos entre estudantes nas Creches, Educação Infantil Ensino Fundamental 1º ao 9º e na Educação de Jovens e Adultos. Para selecionar os sujeitos da pesquisa inicialmente utilizamos alguns critérios e partimos para uma nova etapa de coleta de dados que foi a entrevista, pois,

Esta é, aliás, uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais. Ela desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas [...]. A grande vantagem sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. (Lüdke; André, 1986, p. 34).

Portanto, a entrevista que ainda não foi realizada será uma fonte essencial de evidências que se utilizada de maneira correta pode registrar e interpretar através dos olhos do entrevistador. Podendo ainda ser registradas em gravador, caso seja permitido pelo entrevistado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tratamento dos resultados da pesquisa aqui apresentados deixa claro que este é um estudo em construção, mas não impede a compreensão de que as implicações das políticas educacionais no processo de formações dos/as professores/as traz possibilidades interessantes no enfrentamento das dificuldades encontradas para a efetivação da formação contínua dos professores/as da Rede municipal de Ensino de Estância-SE.

Até aqui foi possível compreender que as perspectivas para a profissão docente, na relação com o panorama político educacional e sobre a concepção de docência, antes e depois da criação do Grupo de Estudo, podendo trazer mudanças significativas no andamento das ações docentes. Ao analisarmos o perfil dos/as professoras, evidenciamos em quase sua totalidade são profissionais com um tempo médio de pelo menos 18 anos de docência e este pode ser um fator

que implica uma certa resistência para participar do momento da Hora de Estudo, ainda que a organização e sistematização deste momento busque-se a escuta e participação ativa docente, que de modo coletivo define temas a ser estudados, bem como horários mais adequados para tal finalidade.

A Formação Continuada deve ser entendida como um processo permanente dos profissionais da educação, que lhes permite estar continuamente bem informados e atualizados sobre os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de uma prática pedagógica mais qualificada. Mais do que isso, deve permitir que o educador agregue saberes capazes de gerar mudanças significativas em suas práticas. Seja sob a forma de pesquisas, estudos ou reflexões críticas permitam compreender seu papel social.

Essa é a importância do constante processo de qualificação e formação do docente que visa torná-lo capaz de construir e se adaptar às rápidas e diversas mudanças do contexto educacional, contornando as dificuldades encontradas no dia a dia na sala de aula, mas para que isso ocorra de maneira coerente, este trabalho necessita ser efetuado, considerando-se os limites e contradições encontrados na formação inicial destes profissionais.

Para Montañó e Duriguetto (2010) na tentativa de legitimar e manter uma suposta ordem, o Estado promove um processo que incide nas lutas de classes, seja tentando reduzir a conflitividade social, utilizando-se de uma imagem assistencial que atende às demandas sociais, seja deslocando os conflitos de classe da esfera econômica no espaço da produção (onde as lutas de classes conseguem golpear o capital e os fundamentos do capitalismo), para a esfera política no âmbito estatal (institucionalizando o conflito no âmbito do Estado, estabelecendo as “regras do jogo” para sua resolução; ou ainda pulverizando e desarticulando as lutas de classes, mediante a lógica de que cada grupo, cada sujeito, especificamente.

Este processo dependendo de como se estrutura pode provocar contraditoriamente o esvaziamento da prática dos professores/as e conseqüentemente o sucateamento do serviço público que orientados pelos organismos internacionais que financiam tais políticas, sem os investimentos necessários para a universalidade dos serviços.

Deste modo, as políticas sociais, desenvolvidas pelo Estado neoliberal, supostamente ligadas às necessidades e reivindicações populares, não favorecem os anseios da classe trabalhadora, mas consagra aquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento. Pois



estatal e da organização participativa, as políticas sociais podem ser encaradas como formas assistencialistas para os carentes ou como direito universal. (LIMA, 2004, p. 22-23).

A partir dessa compreensão podemos afirmar que na sociedade capitalista, as chamadas políticas sociais compensatórias são utilizadas, estrategicamente, para equilibrar as desigualdades, e se tornam um importante instrumento para tal fim, e tem como consequência problemas de ordem socioeconômicas que afetam diretamente setores importantes. Nesta lógica,

a) A *educação gratuita* (e obrigatória), para além de constituir ganho histórico das massas, visa instruir e capacitar o trabalhador para uma produção especializada e mais veloz (em que possua uma instrução básica que permita ao capital a fácil intercambialidade e rápida capacitação da mão de obra), e para o consumo em massa próprio às exigências do capitalismo monopolista maduro, retirando os custos de formação do trabalhador da responsabilidade exclusiva do capital e transferindo-o para o Estado. b) A *saúde pública*, por sua vez, outra conquista do trabalhador, no entanto, permite ao capital se desvencilhar dos custos de prevenção ou recuperação em torno da saúde do trabalhador; mantendo a força de trabalho em condições de retorno à atividade produtiva. c) Por outro lado, os *subsídios estatais* ao transporte coletivo, a artigos da “cesta básica” do trabalhador, à construção civil (para moradias populares) etc., fazem com que o trabalhador possa se locomover possa obter alguns artigos para a manutenção e reprodução como força de trabalho, sem que seu custo provenha do seu salário, quer dizer, sem constituírem “custos salariais” da produção capitalista, pois são fornecidos pelo Estado. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 172).

Observa-se, então, que o Estado Capitalista, interventor das chamadas *políticas sociais*, se desresponsabiliza de suas obrigações estatais e cria novas alternativas para garantir formas de minimizar a de crise crescimento, como por exemplo, alimentar o consumo de massa, que alavancados por medidas governamentais compensatórias como retirada de impostos de mercadorias e serviços representam essa “nova” forma de amenizar a crise financeira que se configura no contexto social brasileiro e contradiz consideravelmente a defesa liberal do livre mercado em defesa da intervenção do Estado e gera no campo teórico, a partir de uma nova pedagogia, a formulação de novas teorias e a difusão pedagógica de novos consensos, e consequentemente a reestruturação ideológica e de forças políticas nas relações sociais e de poder.

Esta situação demonstra o quanto é importante o controle da educação escolar para a implementação do projeto político neoliberal, pois assim os indivíduos são “livres” para propósitos fundamentalmente econômicos e controlados para os propósitos sociais e culturais que se consolidam nos documentos oficiais, formatando-se um contexto que envolve não

apenas os aspectos estruturais da escola, mas também o currículo e o seu planejamento; as disciplinas curriculares bem como os professores e os estudantes, objeto da educação escolar.

Deste modo, as mudanças econômicas, associadas às mudanças das estruturas políticas e a inerente concentração de poder econômico e o desenvolvimento de novos tipos de organizações políticas põem em xeque o papel do Estado e a quem de fato ele representa.

Para Kopnin (1978) a dialética materialista e as suas categorias⁹ têm função de método do conhecimento científico. Elas visam orientar o pensamento humano na busca de novos resultados, na criação de teorias que descubram os mistérios da natureza e da sociedade, mas para tanto é necessário que essas categorias estejam sempre no nível do conhecimento científico moderno.

Neste sentido no materialismo dialético as categorias se compõem não apenas como parte do objeto, mas também como parte integrante de uma realidade social, em sua totalidade. *Totalidade* que, aliás, sendo uma categoria do método dialético, será contemplada neste estudo.

A *contradição* outra categoria do método dialético indica que existe um embate permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade entre as classes que a compõem. Portanto, na visão marxista a sociedade vive em constante movimento e conflito que chamamos de luta de classes. Entretanto,

[...] a lógica formal formulou certas leis entre as quais ocupam posição de destaque a lei da *inaceitabilidade da contradição*. Esta se formula em diferentes modos, mas o seu conteúdo deve ser assim traduzido: se reconhecemos como verdadeiro um juízo A procedente de um sistema de juízos que formam a dedução, então não pode ser verdadeiro nesse mesmo sistema o juízo que contradiz o juízo A, ou seja, em certo sistema de juízos que formam a dedução de determinada forma não pode haver simultaneamente o juízo verdadeiro A e o juízo não-A que está em contradição com ele. [...] As contradições proibidas pela lei da lógica formal são denominadas lógicas. [...]. (KOPNIN, 1978, p.172-173. Grifo do autor)

A *contradição* é a unidade dos contrários, sendo que a luta dos contrários se antagonizam e se supõem mutuamente. Entendendo que sendo um momento necessário da contradição, a unidade e a luta dos contrários não ocupam, entretanto, o mesmo posicionamento. A unidade dos contrários é sempre relativa, ao tempo em que a luta deles é absoluta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁹ Além das categorias de Método: Totalidade, Contradição e Práxis apresentamos ainda as categorias de conteúdo: participação e formação político-pedagógica.



Historicamente a formação continuada tem tido relevância na construção coletiva de uma cultura de classe e da identidade docente, pois ao trabalhar o seu papel enquanto agente de transformação da sociedade, desenvolve as condições para que esses trabalhadores ajam questionando e teorizando a partir da apropriação do conhecimento acumulado e de sua própria prática. Ela é um instrumento capaz de, cotidianamente, aumentar o potencial e a qualidade do trabalho educativo.

A elaboração deste estudo nos fez entender que na conjuntura de intensificação das lutas de classes, considerando-se as incongruências que se manifestam na sociedade capitalista, o Estado a partir das políticas educacionais por ele implementadas, a formação continuada constitui um espaço favorável do estatuto jurídico como pedagógico do modo de produção capitalista.

Ao surgir das contradições, lutas e conflitos da burguesia recém-nascida, o Modo de Produção Capitalista utiliza-se do Estado como ferramenta de reprodução que assegura a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada que podem se impregnar em todos os espaços escolares, inclusive naqueles que supostamente estão isentos de tais determinações.

Neste sentido, o Estado capitalista ao assumir uma postura burguesa, incorpora uma estrutura abrangente de comando político da classe dominante, tornando-se ineficiente para uma das classes que são antagônicas, pois ao protege incondicionalmente a propriedade privada, deixa a classe trabalhadora a mercê das imposições do capital e indiferente às atrocidades provocadas pela classe que ele representa. Portanto, o Estado não nasceu para solucionar problemas, mas para corrigi-los.

Ao abordar essa questão Mascaro (2013) afirma que diferentemente das visões tradicionais, que apontam o Estado de ter um caráter burguês porque o domínio de suas instituições está supostamente sendo feita por agentes ou representantes do interesse burguês, a exemplo dos organismos internacionais que continuamente monitoram e determinam as políticas que deveram ser implementadas no nosso país.

Uma formação sustentada na responsabilidade social e com uma base teórica bem consistente que sendo realizada no espaço sindical deve intervir e determinar os princípios formativos de crianças e jovens da escola pública, na qual a autonomia e a participação ativa devem ser privilegiadas.

[...] deduz-se que a auto-organização das crianças não é apenas um jogo. Deve ser uma necessidade, uma ocupação séria das crianças, encarregadas de uma



responsabilidade sentida e compreendida. A autonomia escolar só pode se basear num trabalho sério e que implica responsabilidades. (PISTRAK, 1981, p. 151).

Para que essa possibilidade se efetive, a formação política se constitui numa das áreas estratégicas, que na disputa de hegemonia contra a ideologia, a política e a economia capitalistas, precisa passar por profundas e aceleradas mudanças, pois disputar hegemonia é disputar projetos de mundo, de Estado, de sociedade e de seres humanos.

Chamado a essa responsabilidade, a formação deve atuar como espaço coletivo da classe para sua emancipação, que na disputa contra hegemonia ao capital e suas ideologias, põe em xeque a formação do trabalhador, o Estado, a formação da consciência e a subjetividade humana e deixam claro que as políticas educacionais, à luz do neoliberalismo, são insuficientes para atender os interesses dos trabalhadores.

Neste sentido, os trabalhadores em educação precisam compreender que no processo de construção da consciência de classe, a teoria oferece uma estrutura que mostra o processo de formação e desenvolvimento da consciência. A teoria marxista, como uma guia de ação para o movimento sindical, não pode ser trazida para a luta de classes de fora para dentro, mas, ao contrário, deriva de experiências concretas dos trabalhadores, e reflete-se sobre a experiência para fazer avançar suas próprias lutas.

Como este espaço coletivo é relativamente novo, e considerando-se as especificidades e as possibilidades históricas do sistema de educação, em que a representatividade é uma forma pouco utilizada na organização de forma democrática, os professores e professoras ainda não reconhecem este espaço como legítimo para tomada de decisões de maneira efetiva.

A constante luta na construção de uma sociedade democrática, cidadã, autônoma, justa e igualitária assevera que a participação é uma possibilidade ímpar e imprescindível de efetivação de um projeto comum que para sua implementação requer mecanismos dialéticos fundamentados na auto-organização que gera sentimento de pertencimento ao ambiente escolar, aumentando, assim a participação nas atividades organizadas pela escola e pela gestão municipal.

Ao tratar da organização e dinâmica das unidades escolares durante as formações, percebe-se que os agentes da escola não se posicionam de forma efetiva e consciente quanto às decisões que precisam ser tomadas nos espaços deliberativos nas escolas e/ou na Hora de



Estudo e assim exerçam as suas funções com liberdade e regime de colaboração e assim haja o fortalecimento da educação em seus aspectos pedagógicos, administrativos e normativos.

O desafio de elaborar uma política educacional que à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, uma vez que esta é a teoria pedagógica que vem sendo implementada na Rede numa dinâmica em que haja de fato a apropriação dos seus elementos e fundamentos, como uma estratégia de recomposição da hegemonia educacional, ora em crise.

5 REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2005.

FRANCO, Maria Laura Pugliesi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologia**. Chapecó: Argos, 2007.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, Antônio Bosco de. Políticas educacionais o processo de “democratização” da gestão educacional. In: LIMA, Antônio Bosco de (Org). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao plano nacional de Educação: por uma outra política educacional**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41 ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.